

Da passividade crítica...

1- Decorrido apenas um dia após a denúncia que empreendemos contra as prisões e o julgamento arbitrário dos nossos colegas Neto e Sabrosa, deparamos agora com a prisão do colega António Cunha (Medicina), efectuada ontem às 11.30 horas pela PIDE-DGS, quando entregava targetas para uma importante reunião estudantil a efectuar-se às 12 hrs. no edifício das Matemáticas e em que no âmbito da discussão generalizada à problemática colonial se proporião formas concretas de apoio aos colegas Neto e Sabrosa.

Mantido incomunicável e sendo-lhe negada a assistência de um advogado, foi o colega António Cunha vítima de uma medida arbitrária, pela qual se procura uma vez mais lançar a semente da intimidação sobre todos aqueles que pugnam pelo direito de livre reunião e discussão dos problemas que directamente os afectam.

2- Qual o significado da repressão generalizada e qual o contexto em que se exerce ?

Numa fase em que o Governo insiste fazer-se passar por "liberalizador", como teremos que interpretar o facto de no mesmo momento vir desmascarar-se na prática, através dos mesmos métodos que procura camuflar?

O Governo defende interesses que terão de ser salvaguardados custe o que custar, pelo simples facto de esses interesses serem da essência do sistema. Sistema capitalista, único que o governo expressamente está interessado em defender.

A desigualdade económica que tem na base, existe e precisa que se mantenha. Esta desigualdade significa precisamente a defesa dos interesses que asseguram o predomínio duma classe sobre a outra. A repressão é a arma que vai permitir esta situação. Por isso é usada quando se pretende abrir uma brecha na muralha. A repressão é, pois, inerente ao sistema.

3- A constatação do que acabamos de dizer, é facilmente verificável no seio da Universidade. Sendo, por excelência, esta a escola de que o Governo se serve para assegurar na vida profissional e pública a ideologia e prática política que defende, não pode correr o risco de ver os seus intentos ultrapassados por quem decididamente os põe em causa. É elucidativo que a repressão sob a forma de prisões, encerramentos de AA.EE., suspensões, processos disciplinares, diplomas prevendo sempre mais e mais sanções, se verifiquem no próprio momento em que a Reforma do Ensino é posta à discussão. A crítica livre e organizada que os estudantes e outros sectores poderiam válidamente opor-lhe, até a situarem na sua verdadeira dimensão, só pode ser considerada um empecilho pelo governo, que pretende impô-la nos moldes que lhe convém.

A repressão exerce-se na Universidade, porque o Movimento Estudantil, de algum modo põe em causa a verdadeira face de toda uma política que pretende perpetuar os privilégios dum^a classe às expensas da exploração de todo um Povo. Se ao sairmos da Universidade, tivermos absorvido a ideologia que ela veicula, pode a minoria ficar tranquila que nós seremos a sua "testa de ferro", porque então, quer na vida profissional, quer na vida pública, nela seremos incorporados.

Não é ainda por acaso que o Ministro da Defesa ameaça de incorporação no exército os estudantes "subversivos", isto é, aqueles que não aceitam sem discussão enfileirar na guerra colonial. Pretende-se que sejam os universitários a preencher o lugar que na normalidade vigente caberia aos quadros do exército. O "curso de capitães" é amostra clarividente de tal facto.

Torna-se assim necessário, quando todos os profissionais já não chegam, comprometer a juventude universitária na condução e empenhamento dum guerra que nem ela nem o povo tem possibilidade de discutir. Pretende-se não só a colaboração activa no campo de batalha, mas também o absoluto silêncio sobre as razões porque existe.

Da passividade crítica no ensino à passividade crítica em sociedade.

4- Por tudo isto entendemos que é necessário neste momento uma tomada de posição global e definida face ao problema; que é necessário prosseguir os objectivos a que se propôs com a reunião de ontem à tarde o Movimento Democrático Estudantil.

ORGANIZARMO-NOS É A ÚNICA FORMA DE O CONSEGUIR

Coimbra 12 de Fevereiro de 1971

CONSELHO DAS REPÚBLICAS